



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009248-02.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Cheque**
 Requerente: **JOICE MIRANDA ALVES DE CARVALHO**
 Requerido: **RENATA FATORI PIASSI**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

JOICE MIRANDA ALVES DE CARVALHO propôs ação monitória contra **RENATA FATORI PIASSI**, alegando que é credora da requerida da importância de R\$ 4.800,00, atualizado em R\$ 5.903,11 até 31/08/2015, relativo a um cheque prescrito. Pede, em linhas gerais, o pagamento ou a formação do título executivo.

Entranhados com a peça inicial vieram os documentos de fls. 05/23.

O título cambial original, relativo a esta ação, foi juntado por linha à fl. 45.

A requerida, devidamente citada (fl. 46), apresentou embargos (fls. 47/58). Preliminarmente, alegou a carência da ação pela utilização de via inadequada. No mérito, alegou que nunca emitiu qualquer cheque à autora; que o procedimento é inadequado e a procedência jamais poderá ser alcançada; que a prescrição não pode ser superada, já que nenhum direito é infinito; que não foi demonstrada causa para a emissão do cheque; que a cártula apresenta várias caligrafias e tipos de caneta utilizadas.

Réplica às fls. 62/68.

A autora/embargada manifestou sua discordância com o pedido de gratuidade feito pela ré/embargante em sede de defesa. Sobreveio decisão informando que a impugnação à assistência deve ocorrer em autos próprios.

É o relatório.

Fundamento e Decido.

Dispensadas outras provas, passa-se ao julgamento antecipado, conforme autoriza o art. 355, inciso I, do Novo Código de Processo Civil.

Primeiramente, ressalte-se que a via eleita pela autora mostra-se pertinente à cobrança do crédito alegado, representado pelo documento de fl. 07, emitido pela ré, cuja eficácia cambial já está prescrita. Adequado o meio processual escolhido, pois o cheque prescrito constitui prova escrita da dívida, sem eficácia de título executivo extrajudicial.

Não se exigem, para o pleito monitório, os requisitos de liquidez e exigibilidade da dívida. Basta a certeza provável do crédito da parte, representado pela prova escrita que fornece ao


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

juízo; isso até porque a monitória é ação de conhecimento com a especialidade de possuir uma fase executória antecipada, caso não haja oferecimento dos embargos ou estes sejam julgados improcedentes.

No mais, todo o procedimento é o ordinário (comum), com a possibilidade ampla de produção de provas. No presente caso, a autora juntou o cheque prescrito (fl. 07) e demonstrativo de débito, satisfazendo os requisitos legais.

A autora demonstrou documentalmente o crédito, consubstanciado pelo cheque prescrito emitido pela requerida, sem o devido pagamento.

Atente-se, ainda, que o prazo para a parte ingressar com ação monitória é de 05 anos contados da emissão da cártula, conforme Súmula 503, do STJ: *O prazo para ajuizamento da ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cártula.*

Nos mesmos termos é a Súmula 18, do Tribunal de Justiça de São Paulo: *Exigida ou não a indicação da causa subjacente, prescreve em cinco anos o crédito ostentado em cheque de força executiva extinta (Código Civil, art. 206, § 5º, I).*

Colocada a questão nesses termos, a ação foi distribuída em 04/09/2015 e o cheque foi emitido em 23/08/2014 (fl. 07); ILogo, a ação não está prescrita.

Destaco, também, que a discussão sobre a origem do crédito sequer é necessária ante a não causalidade do cheque, ou seja, a desvinculação do título ao negócio que lhe deu origem. Neste sentido, já se posicionou o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

CHEQUE PRESCRITO - Ação monitória- Irrelevância da discussão acerca da causa debendi Independência e autonomia da obrigação contraída na cártula (artigo 13 da Lei nº 7.357/85) Ausência de prova inequívoca da ocorrência de causa modificativa, impeditiva ou extintiva do direito reclamado Título em poder da portadora Procedência decretada nesta instância ad quem Recurso provido Ação monitória - Cheques prescritos Emissão dos cheques não contestada pelo devedor - Desnecessidade de demonstração da causa subjacente - Presunção de exigibilidade da dívida não elidida pelo criador do título Prescrição afastada - Constituição do título executivo judicial Embargos julgados improcedentes - Recurso não provido

Monitória Cheques prescritos Não é necessário declinar-se a causa subjacente da emissão do cheque prescrito na ação monitória O cheque prescrito é título bastante para instruir ação monitória, que possui como requisito a prova escrita sem eficácia de título executivo, conforme dispõe o artigo 1.102a do CPC A ação monitória com base em cheque prescrito dispensa a causa da sua emissão Ademais, embargante reconheceu a emissão dos cheques com base em compra e venda de materiais de limpeza da embargada - O cheque representa instrumento de confissão de dívida, incumbindo ao emitente a prova da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo da obrigação (art. 333, II, do CPC) Prova da inexigibilidade do débito não produzida. Adoção dos fundamentos da sentença pelo Tribunal - Incidência do art. 252 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Paulo. Recurso negado.

Portanto, inoponíveis à autora as exceções pessoais arguidas pela requerida.

Para o sucesso da ação monitória é suficiente a demonstração de prova escrita, sem eficácia de título executivo, que comprove a existência de um crédito em favor de quem o postula, sem se cogitar da discussão da causa que, no presente caso, deu origem à emissão do cheque de fl. 07, pois não está fundada em nenhuma das hipóteses do art. 24, parágrafo único, da Lei nº 7.357/85, bem como por não ter sido o título emitido ou adquirido de má-fé ou para prejudicar o sacador.

Não há argumento convincente capaz de justificar o acolhimento dos embargos.

O cheque, como se sabe, é ordem de pagamento à vista, mediante a qual o emitente se obriga a pagar, a alguém, quantia determinada, em data certa.

Os escritos no título apenas demonstram a sua movimentação e não tem o condão de influenciar nesta lide.

No caso, a embargante não nega ter emitido a cártula. Além disso, a posse do título pela autora e a inexistência de quitação regular firmam a presunção de que a dívida não foi paga.

Assim, **REJEITO OS EMBARGOS e JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para constituir, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo e prosseguindo-se na forma do artigo 475-J, do CPC.

O valor pretendido na inicial (R\$ 5.903,11) será acrescido de correção monetária (desde a distribuição) e juros de mora de 1% ao mês (desde a citação), custas e despesas processuais. O requerido arcará, ainda, com o pagamento de honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor atualizado da condenação.

Transitada em julgado, intime-se a autora para requerer o que de direito.

Deixando de ser feito o requerimento supra, suspendo o processo por prazo indeterminado.

P.R.I.C.

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

Juiz de Direito

(assinado digitalmente)

São Carlos, 12 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**